

Jornalistas e momento editorial na ditadura militar: olhares¹

Felipe Quintino Monteiro Lima²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O artigo tem o objetivo de mostrar a presença e as razões da participação de jornalistas na literatura produzida durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Com um meio editorial da época marcado pelo crescimento, em razão da expansão do público leitor, e os reflexos da censura, jornalistas produziram obras de ficção em um cenário cultural diversificado. Muitas dessas narrativas apresentaram o próprio jornalista como personagem da história, provocando um dilema para esse profissional dividido entre acompanhar a vida política sem engajamento ou participar ativamente diante dos fatos do regime militar.

Palavras-chave: jornalistas; literatura; personagem; ditadura; censura.

Durante o período da ditadura militar brasileira, muitos jornalistas produziram obras de ficção, das mais diversas tendências. Entre os jornalistas que escreveram romances de ficção entre 1964 e 1985 estão João Ubaldo Ribeiro, Paulo Francis, Carlinhos de Oliveira, Antônio Callado, Luiz Vilela, Antônio Torres, Ignácio de Loyola Brandão, Ivan Ângelo, Renato Pompeu e João Antônio.

A produção literária que estamos enfocando insere-se em um momento de crescimento do mercado de livros no Brasil. Em 1972, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país ultrapassou a barreira de um livro por habitante, chegando a 1,3. Nesse ano, a população era de 98,6 milhões e a produção de livros atingiu 136 milhões. No final da década de 70, com uma população de 119 milhões, a relação de livros por habitante atinge 1,8. O crescimento também ocorreu no segmento de livros didáticos. Editoras desse setor desenvolveram nesse período, como a Ática, fundada em 1964, e a Editora Moderna, criada em 1968. A produção de livros no Brasil mostrou o seguinte desenvolvimento na década:

¹ Trabalho apresentado no GP Produção Editorial, XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e mestrando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). E-mail: felipe.quintino@yahoo.com.br

<i>Ano</i>	<i>População brasileira</i>	<i>Livros publicados</i>	<i>Relação livro por habitante ao ano</i>
1971	95,9	80,1	0,8
1972	98,6	136,0	1,3
1973	101,4	136,0	1,3
1974	104,2	144,7	1,3
1975	107,1	137,8	1,2
1976	110,1	147,2	1,1
1977	113,2	164,8	1,3
1978	116,3	186,7	1,6
1979	119,6	222,6	1,8

Fonte: As informações constam no livro *Mercado Editorial Brasileiro*, de Sandra Reimão, que teve como base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados estão em milhões.

Paixão (1995, p.143) explica essa “explosão” do mercado dos livros na década de 1970 em virtude da expansão do público leitor. Segundo o autor, com o “milagre”³ econômico, aconteceu uma elevação do poder “aquisitivo das classes médias em paralelo à difusão do ensino em geral”. Ele também atribuiu o crescimento à política educacional:

Em que pesem os tropeços da política oficial, o esforço de alfabetização teve resultados concretos – a taxa de analfabetismo, que em 1960 era de 46%, caiu para 29% no final dos anos 70. O ensino superior também se expandiu de forma notável: entre 1960 e 1972 as matrículas cresceram 983% e, no decorrer da década de 70, o número de estudantes universitários passou de 100 mil para 1 milhão. Apesar da censura, o número de editoras em funcionamento aumentou e, no início da década de 80, atingiu a marca de quatro centenas. Algumas delas, como a Ática, a Paz e Terra, a Perspectiva e a Zahar, destacaram-se pela densidade política de algumas de suas publicações, especialmente as coleções universitárias. Foi também um momento de inovação gráfica e editorial: pela primeira vez organizaram-se as listas dos mais vendidos; multiplicaram-se as resenhas de lançamentos, tanto em colunas de jornais e revistas como em publicações especializadas sobre livros (PAIXÃO, 1995, p.143).

Além dos fatores citados por Paixão, as políticas governamentais no segmento dos livros ficaram evidentes. Considerado pelo bibliófilo José Mindlin o estudo mais completo

³ O período 1968-1973 ficou conhecido como “milagre” econômico brasileiro em razão de medidas que resultaram em crescimento da economia, no mandato do general Emílio Médici.

sobre esse setor no Brasil⁴, *O Livro no Brasil*, do bibliotecário inglês Laurence Hallewell, cita as ações do governo, como a isenção de impostos estendida a todos os estágios da produção do livro, inclusive à fabricação do papel de impressão, e o decreto-lei 46, de novembro de 1966, isentando de taxas alfandegárias a importação de máquinas para a produção de livros, o que “aumentou de tal maneira a capacidade da indústria que logo começou a aceitar encomendas do exterior, especialmente da Argentina” (p.555). Outras medidas foram o estímulo à fabricação de papel e o financiamento para o setor livreiro de várias formas por meio de subsídio a livros. Nas palavras de Hallewell:

A fabricação de papel e a produção local de celulose foram de tal modo estimuladas que, em 1977, a importação de papel limitava-se, virtualmente, a pequenas quantias de tipos especiais: dez anos atrás, a produção nacional cobriria apenas 60% do consumo – praticamente todo o papel *couché* (por exemplo) era importado da Escandinávia, e ainda havia reclamações sobre a baixa qualidade. Graças à nova política, o país passou a ser um exportador de papel celulose em escala bastante considerável: em 1983, 393 mil toneladas, contra um consumo interno de três milhões, das quais 733,6 mil para impressão e 106,4 mil para jornais; a exportação de celulose assumiu uma escala bem maior (cerca de um milhão de toneladas, no mesmo ano, para uma produção de pouco mais de três milhões). Esse sensível aumento de produção foi obtido, em parte, com maciços investimentos estrangeiros: calcula-se que a participação de empresas nacionais na indústria de papel tenha caído, a partir de 1964, para apenas um terço. Em 1977, surgiu uma preocupação inicial sobre a existência ou não de um número suficiente de compradores no mercado externo para absorver o nível de produção esperado para o início da década de 80. Preocupação infundada, uma vez que, já em 1984, a produção local de celulose e papel, embora registrando elevados índices de aumento nos anos recentes, mal conseguia atender à crescente demanda externa, a tal ponto que as editoras brasileiras já se queixavam de dificuldades na colocação de pedidos para pronta entrega (HALLEWELL, 2005, p.553).

Hallewell registra uma ação legislativa que favoreceu as editoras: a nova lei de direitos autorais (lei 5.988 de 1973). A lei determinou “a cessão dos direitos de publicação de um livro sem levar em conta a mídia” (p.572), possibilitando que o lucro do uso do texto em outros meios caberia exclusivamente ao editor. Hallewell fez referência também aos esforços, no final dos anos 60 e início dos 70, do Ministério das Relações Exteriores do

⁴ A avaliação do bibliófilo José Mindlin encontra-se na reedição de *O Livro no Brasil*, de Laurence Hallewell. O livro foi reeditado, em edição revista e ampliada, pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), em 2005. O livro havia sido publicado pela primeira vez no Brasil em 1982.

Brasil, por meio das embaixadas, para que as editoras estrangeiras traduzissem autores brasileiros. Jorge Amado, Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Adonias Filho, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Antônio Callado, Vinícius de Moraes, entre outros, tiveram suas obras traduzidas a partir dessa iniciativa. Com consolidação do setor, Hallewell informa que a indústria livreira sentiu-se segura para organizar, em 1970, no pavilhão da Bienal de Arte no Parque do Ibirapuera de São Paulo, a primeira das bienais internacionais do livro, com a presença do escritor argentino Jorge Luis Borges e a representatividade de 23 países no evento.

Fundada em setembro de 1946, em São Paulo, com o objetivo de unir todos que trabalham com o livro e ajudar no desenvolvimento da indústria editorial no país, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) afirma que a expansão do setor no período da década de 1970, além da dependência cada vez menor da importação de papel, deveu-se à incorporação de novas tecnologias. Segundo a entidade, os velhos prelos tipográficos e os linotipos foram substituídos pelo sistema *offset* e a fotocomposição.⁵

E as modernas máquinas de acabamento permitiram a eliminação das últimas operações manuais na produção final dos livros, como o ajuste da capa do miolo, por exemplo. É certo que os elevados investimentos nessa capacitação tecnológica somente seriam viabilizados por uma elevação substancial de escala. Os custos dos novos processos de editoração, composição, impressão e montagem dos livros eram bem mais altos, ainda que proporcionais à agilidade e qualidade da produção. Mas, com o rápido aumento de títulos, edições e tiragens, não apenas seriam pagos os custos, como os investimentos teriam resultados compensadores (p.61).

Parte das obras escritas pelos jornalistas foi publicada no período do crescimento do mercado editorial brasileiro da década de 1970, que passou pelo “milagre” econômico sob a presidência do general Emílio Garrastazu Médici. O plano desenvolvimentista propunha obter altas taxas de crescimento econômico combinadas com redução da taxa de inflação e aumento das reservas cambiais. De fato, o Brasil cresceu e a inflação registrada era baixa para os padrões brasileiros. Entre 1967 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a 11,3%, e o produto industrial a 12,7%.⁶ A figura do presidente estava ligada a elementos da cultura popular, como futebol e música. A conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, no México, mostrou essa prática. O “Brasil novo”, no entanto, conheceu a crise

⁵ As considerações da Câmara Brasileira do Livro (CBL) sobre o crescimento da indústria editorial na década de 70 estão no livro de 50 anos da entidade.

⁶ Ver: Pereira, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983.

do “milagre” econômico. A crise mundial do petróleo se abateu sobre o país a partir de 1973, com a inflação em alta.

Com uso de propaganda nacionalista, arregimentada por meio do trabalho da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), o presidente impulsionou a classe média, com a promessa de um país melhor. A partir de facilidades de linhas de crédito e financiamentos, aumentou consideravelmente a compra pela classe média de bens de consumo, como carros, geladeiras e televisão. Para se ter uma idéia, em 1970, havia mais de quatro milhões de domicílios com televisão, introduzida no Brasil, em 1950, por Assis Chateaubriand. Em 1979, o aparelho já estava presente em 13 milhões de domicílios, segundo dados do Anuário Brasileiro de Mídia.

Repercussão da censura e o personagem-jornalista

Diante do cenário de crescimento do setor editorial, como podemos entender a presença dos jornalistas na literatura? Quais motivos levaram os profissionais da imprensa para a escrita ficcional? O pesquisador e escritor Deonísio da Silva acredita que a forte presença da censura, que repercutiu no jornalismo brasileiro, fez com que muitos jornalistas optassem pelo texto de ficção para concretizar suas denúncias⁷. Costa (2005, p. 155) argumenta que a liberdade de expressão “certamente moveu jornalistas brasileiros a escrever ficção no período”. Nos livros, segundo a pesquisadora, poderiam “revelar os bastidores da ditadura, assim como a própria engrenagem da indústria da informação”.

Embora a censura possa ter sido um impulsionador para a escrita dos jornalistas, não podemos limitar a literatura elaborada pelos profissionais de imprensa somente a forças do Estado autoritário, pois perderíamos compreender escolhas de linguagem e artimanhas para contar as suas narrativas. Apesar de não a entendermos como a única motivação, a censura representou a grande marca da atividade do Estado nas práticas jornalísticas e artísticas nos anos da ditadura militar. Ela mostrou a sua força ao impedir as ideias e articulações de quem contrariasse o regime, baseada em um emaranhado de legislações sobre o assunto. Os historiadores apontam duas instâncias na censura exercida no período: uma relativa à diversão (cinema, teatro, música, televisão) e outra à imprensa, ambas, no entanto, revestidas de um caráter político.

⁷ A avaliação do professor Deonísio da Silva sobre a participação dos jornalistas na literatura do período militar foi feita no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), realizado em 2001, em Campo Grande (MS). Ele integrou evento do congresso chamado “Mídia e literatura – perspectivas brasileiras”.

Apesar de antes do AI-5, de dezembro de 1968, já tivesse a atuação do governo militar na restrição à imprensa, como no caso da *Tribuna da Imprensa* que recebeu visitas de oficiais, o ato é considerado o marco na história da censura. A partir desse marco, a censura à “imprensa escrita viveu períodos de maior ou menor intensidade e variou o seu modo de atuação de acordo com o periódico, a extensão de suas denúncias e com a intensidade de sua resistência” (Aquino, 1999, p.207).

A censura política à imprensa escrita apareceu de duas maneiras entre 1968 e 1978: as ordens encaminhadas às redações de todo o país dizendo os assuntos proibidos e o próprio processo de censura prévia junto aos materiais. A aceitação dessas ordens decretou o chamado processo de autocensura em que as direções dos jornais e demais envolvidos na produção das matérias e reportagens seguiam as imposições. A autocensura representa “um ato consciente, e com o objetivo, também consciente, de dosar a informação que chegará ao leitor ou mesmo suprimi-la” (Kucinski, 2002, p.538).

O escritor e jornalista Antônio Callado definiu bem, em conferência na Hispanic Society, em fevereiro de 1974, o que queria a censura ao limitar a ação artística e jornalística:

A ideia de que nosso governo faz da lei e ordem é obrigar escritores e jornalistas se conformarem, fazendo com que censurem a si mesmos para fugir dos problemas com a polícia e evitar um saldo negativo no banco. O plano deles é fazer os ponteiros do relógio voltarem para trás, obrigando escritores e dramaturgos a retroceder duas etapas na sua trajetória. Seu objetivo é ressuscitar e injetar toda a força na ‘consciência amena do atraso, para fazer com que este estágio se consolide de forma permanente (CALLADO, 2006, p.95).

Como se percebe nas palavras de Callado, a articulação das ideias por meio dos livros no Brasil durante o regime, assim como outras formas artísticas, recebeu limitações e foi sujeita aos olhares dos que estavam em nome do governo autoritário. Apesar da restrição da palavra impressa que pudesse ferir “os bons costumes”, argumento utilizado na legislação, a ação de cidadãos e organizações a favor da liberdade de expressão e o apoio a escritores que foram vetados pelos órgãos responsáveis pela censura⁸ tiveram um papel importante. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por exemplo, protestou, em 1978, contra a proibição da publicação, na Revista Status, do conto *O cobrador*, de Rubem Fonseca. Regulamentada para a área considerada de diversão (cinema, televisão, teatro, espetáculos

⁸ As informações sobre a censura a livros estão em *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*, de Sandra Reimão.

públicos, música, rádio) a prática da censura prévia se expandiu também para mercado editorial depois da centralização do Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), em Brasília. A legislação que aborda os livros veio em 1970, no decreto-lei 1077.

Nos anos de 1970, foram próximas as relações entre o jornalismo e a literatura. Essa aproximação gera debates e controvérsias na crítica literária. Alvo desse conflito, os romances-reportagens foram algumas das narrativas produzidas nesse período por jornalistas, como os livros *Lucio Flávio, o passageiro da agonia* e *Aracelli, meu amor* (ambos de José Louzeiro), *A menina que comeu césio* (Fernando Pinto) e *O caso Lou* (Carlos Heitor Cony).

Ao estudar o papel dos romances-reportagens, termo utilizado inicialmente em uma coleção da editora Civilização Brasileira, Cosson (2007, p.37) enfatiza que a “aberta a todas as experimentações e declaradamente comprometida com o momento histórico, a literatura plural da década de 1970 também apresenta um forte ligação com o jornalismo”. Ressaltando que essa ligação parece ultrapassar as opções temáticas e estilísticas individuais ou comportamentais, Cosson atribui esses laços aos seguintes fatores: grande número de escritores-jornalistas, a censura e a função de informar que a literatura assumiu no período, o impacto da indústria cultural e a situação de marginalidade com que muitos autores foram confrontados.

Os livros dos jornalistas-escritores inserem-se em uma produção diversificada da década de 1970, quando apresentam os indícios do mercado para a produção cultural. Contrários à ideia de que literatura do período tenha sido apagada e no famoso “vazio cultural” da época, Buarque de Hollanda e Gonçalves apontam o surgimento de novos autores e o movimento editorial, embora tenham salientado que essas características não são por si só vitalidade da literatura. Nessa movimentação, eles citam o começo da profissionalização do escritor, o “surto” da poesia, a promoção de concursos literários, a proliferação de revistas da área, as editoras fazendo lançamentos do ponto de vista mercadológico e a imprensa abrindo espaço para os suplementos de literatura.

Surge um número surpreendente de novos autores, ressurgem outros tantos, caracteriza-se o boom da ficção, concretizam-se alternativas por baixo e por cima da terra, correntes e contracorrentes. Assiste-se às tendências do nacionalismo e do populismo ressurgindo com forte apelo, e o mercado editorial ensaia sua maturidade comercial. Sobretudo, a literatura, mais do que na década anterior, atrai as atenções e inscreve-se significativamente na atualidade do debate cultural (HOLLANDA; GONÇALVES, 2005, p.98).

É importante ressaltar que, em muitas das obras ficcionais dos profissionais da imprensa, há o próprio jornalista como personagem, como são os casos de *Um novo animal na floresta e Domingo 22*, de Carlos de Oliveira, *O inferno é aqui mesmo*, de Luiz Vilela, *Um cão uivando para a lua*, de Antônio Torres, *Cabeça de papel e Cabeça de negro*, de Paulo Francis, *Setembro não tem sentido*, de João Ubaldo Ribeiro e *A festa*, de Ivan Ângelo. O jornalista passa a ser o centro das narrativas e, a partir da sua movimentação, são reveladas as histórias de um país marcado pela repressão e censura.

Com essa participação dos dois lados, tanto do jornalístico quanto o literário, percebe-se a possibilidade da abertura do conflito até mesmo nessa relação entre a suposta objetividade da imprensa e a subjetividade proporcionada pela ficção. Representa, de certa maneira, um dilema desse jornalista-escritor que tem do lado de fora da redação uma história a ser narrada e, no trabalho jornalístico, prazos e pautas a serem cumpridos, além do próprio cerceamento de contar o que acontecia em razão da censura. Essa cisão pode ter sido um dos motivos do aparecimento de vários personagens-jornalistas nos livros. Para Costa (2005), nessa dúvida do jornalista entre ver a vida passar na janela e descer para a rua no sentido de participar da luta, estava a grande questão narrativa levantada pelos numerosos jornalistas que escreveram ficção no período.

Olhar de fora é o papel do jornalista. Entrar na pele, do romancista. Mas, ao colocar o jornalista como protagonista da história, a ficção do período inverteu os papéis, estrategicamente permitindo narrar de dentro os fatos que só eram descritos de fora e friamente pelos jornais. Dizer que esses livros só vendiam porque o romance jornalístico de certa forma substituía a imprensa em sua missão de informar – e que, quando acabou a censura, ele perdeu a razão de ser – é enxergar apenas um lado da questão. Foi todo um mundo que ruiu. Os leitores engajados que tão avidamente consumiram a ficção e a poesia nacional sumiram, assim como as condições econômicas e políticas que favoreceram essa aproximação, como a politização da vida intelectual, o milagre econômico, que bem ou mal permitiu o acesso de uma ampla parcela da população ao consumo, o ensino de qualidade e, principalmente, a entrada em cena de uma ficção voltada para as massas: a televisão (COSTA, 2005, p.164).

Considerações finais

Ao lado de uma literatura com marcas de engajamento, memorialista e política, tivemos a presença de vários jornalistas-escritores que mostraram o seu jeito de pensar o momento histórico da época, bem como os bastidores da própria imprensa. As características do mercado de jornalismo nos anos da ditadura militar e o próprio perfil da

profissão podem dar pistas para entender a presença dos homens da imprensa na literatura naquele período e as representações do profissional na ficção. O surgimento de jornais e revistas, o declínio de outros, os entraves feitos pelos governos para a busca da informação e o começo da mediação dirigida por assessorias de imprensa na formatação de reportagens apontam sinais de transformações.

Além disso, a intervenção de jornalistas em outros espaços de discussão da cultura brasileira também mostra essa interação com a literatura. Ao estudar o que chamou de “jornalistas-intelectuais” no Brasil, Pereira observa a potencialidade de jornalistas ocuparem outros espaços, abrindo oportunidade desses profissionais gerenciarem múltiplos pertencimentos em termos de identidade. Os jornalistas-escritores que escreveram ficção durante a ditadura podem ser compreendidos nesse cenário observado por Pereira, na medida em que eles desempenharam outros papéis sociais, até mesmo de forma simultânea. Como se vê, as relações entre jornalismo e literatura, que aparecem desde o surgimento da imprensa no Brasil, no século XIX, foram estreitadas nos anos da ditadura, mas amparadas por essas pressões e contingências que demonstraram os dilemas do profissional em meio ao envolvimento na história política ou acompanhar a vida social sem engajamento.

Referências

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa; GONÇALVES, Marcos Augusto. A ficção da realidade brasileira. In: **Anos 70: ainda sob a tempestade**. Rio de Janeiro: Aeroplano: Editora Senac Rio, 2005.

CALLADO, Antonio. **Censura e outros problemas dos escritores latino-americanos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel:** escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas:** literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

PAIXÃO, Fernando (coord.). **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1995.

PEREIRA, Fábio. **Jornalistas-intelectuais no Brasil**. São Paulo: Summus, 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Com-Arte, FAPESP, 1996.

_____. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011.